FACULDADE REGIONAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - SP
CURSO DE DIREITO

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA
DECISÃO DE PRONÚNCIA NO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO
JÚRI BRASILEIRO**

Rafaela Ferreira Biasoto Ruzzi

RA: 200184

Espírito Santo Do Pinhal - SP

2024

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA
DECISÃO DE PRONÚNCIA NO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO
JÚRI BRASILEIRO**

Rafaela Ferreira Biasoto Ruzzi

Monografia apresentada ao Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Mestre Ramon Alonço.

Espírito Santo Do Pinhal - SP

2024

Ruzzi, Rafaela Ferreira Biasoto

R987a

A aplicação do princípio *IN DUBIO PRO SOCIETATE* na decisão de pronúncia no procedimento do tribunal do júri brasileiro / Rafaela Ferreira Biasoto Ruzzi – Espírito Santo do Pinhal, 2024.
35 f.

Orientador: Profº. Me. Ramon Alonço.
Trabalho de Conclusão de Curso – Direito – Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal.

1. Acusado. 2. Princípios. 3. Tribunal do júri. I. Alonço, Ramon. II. Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal. III. Título

CDD 343.1

**CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO
PINHAL - SP**

Graduação em Direito

Folha de Aprovação

Membros da Comissão Julgadora da Monografia de Graduação de RAFAELA FERREIRA BIAZOTO RUZZI, apresentada a monografia **A aplicação do princípio *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia no procedimento do tribunal do júri brasileiro** ao Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal – UNIPINHAL, em 21/11/2024.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Me. Ramon Alonço

Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal – UNIPINHAL

Prof. Me. Bruno Peigo Romão

Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal – UNIPINHAL

Prof. Dr^a Elaine Cristina da Silva

Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal – UNIPINHAL

**Esse trabalho é dedicado a todas as pessoas que, de alguma maneira,
contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus, por me conceder forças e perseverança ao longo dessa jornada.

Aos meus pais, meu irmão e meu marido, pelo apoio incondicional, incentivo constante e por acreditarem em meu potencial, especialmente nos momentos de dificuldade.

Aos meus amigos e colegas de curso, que compartilharam experiências, desafios e conquistas, contribuindo para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa da minha vida.

"A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar."
— Martin Luther King Jr.

RESUMO

O ordenamento jurídico brasileiro detém de inúmeros princípios constitucionais que são utilizados muitas das vezes, para resolução de conflitos. Tais princípios estabelecem diretrizes normativas que, ao serem priorizadas pelo Estado, são inseridos no ordenamento, passando a encontrar respaldo constitucional.

Nesse sentido, além dos princípios que regem o ordenamento jurídico, encontra-se no mesmo pilar, ritos nos quais tais princípios entram em vigência, como por exemplo, o Tribunal do Júri, parte principal do presente trabalho.

O Tribunal do Júri, no Brasil, constitui-se em um órgão colegiado de primeira instância formado por pessoas comuns do povo e presidido por um juiz togado, com previsão constitucional, onde lhe é reservado ordinariamente a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, estando disciplinado entre nos artigos 406 a 497 do Código de Processo Penal.

No direito penal e no direito processual penal, um dos objetivos primordiais de alguns princípios são as garantias do direito de determinado indivíduo que está passando por um devido processo legal. Observa-se como exemplo, o *princípio do in dubio pro reo*, que em termos próprios, significa que caso exista dúvida sobre a autoria e/ou da culpabilidade daquele agente, o mesmo deverá ser absolvido.

Em contrapartida com o princípio supracitado, o princípio *in dubio pro societate* entra em ação, princípio este utilizado como forma de informar que, em caso de dúvida por parte do magistrado, o mesmo deve dar segmento ao processo, não beneficiando o acusado, mas sim a sociedade.

Dada convergência entre os princípios supramencionados, resta o questionamento de que o princípio *in dubio pro societate* não tenha respaldo constitucional e, o princípio *in dubio pro reo* por sua vez, encontra o respaldo expresso na Carta Magna.

O objetivo geral no presente estudo é analisar a aplicação do princípio *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia no procedimento do Tribunal do Júri. Neste interim, o objetivo específico é analisar, em contrapartida, os possíveis conflitos e desafios para a aplicação deste instituto, além de apresentar as consequências em sua possível aplicação.

Em tempo, o problema apresentado na aplicação deste princípio é a forma inconstitucional encontrada, visto que o *in dubio pro societate* não encontra respaldo legal, bem como a violação de preceitos constitucionais favoráveis ao acusado.

A metodologia utilizada para execução do presente trabalho é voltada na dogmática normativa, com base em artigos científicos, entendimentos doutrinários e jurisprudenciais e a intenção de identificar posicionamentos acerca da aplicação deste instituto.

Conclui-se, desta forma, que, em um cenário jurídico, a aplicação do referido instituto viola preceitos basilares previstos na Carta Magna bem como os direitos fundamentais do acusado, qual seja, a sua presunção de inocência até o trânsito em julgado.

Palavras-chave: Acusado; Princípios; Tribunal do Júri.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2 – O TRIBUNAL DO JÚRI.....	12
2.1 – Da competência do Júri para julgar crimes dolosos contra a vida	14
2.2 – Dos aspectos do Tribunal do Júri	15
2.2.3 – Plenitude de defesa.....	15
2.2.4 – Sigilo das votações.....	16
2.2.5 – Soberania dos veredictos.....	16
2.3 – Decisões do Magistrado antes do julgamento	16
3 – DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	18
3.1 - Do Princípio <i>In Dubio Pro Reo</i>	19
3.2 – Do Princípio <i>In Dubio Pro Societate</i>	21
3.2.1 – Inconstitucionalidade do <i>In Dubio Pro Societate</i>	22
4 - ENTENDIMENTOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DOUTRINA ACERCA DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i>	25
4.1 - Entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do <i>In Dubio Pro Societate</i>	26
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS.....	31

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA NO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI BRASILEIRO

Rafaela Ferreira Biasoto Ruzzi

Prof. Me. Ramon Alonço

1 - INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro detém de inúmeros princípios constitucionais que são utilizados muitas das vezes, para resolução de conflitos. Em muitos, princípio é por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica a que lhe dá sentido harmônico. (Bandeira de Melo, 2008)

Nesse sentido, além dos princípios que regem o ordenamento jurídico, encontra-se no mesmo pilar, ritos nos quais tais princípios entram em vigência, como por exemplo, o Tribunal do Júri, parte principal do presente trabalho. Segundo ensinamentos de Antônio Heráclito Mossin, júri, assim, é a designação dada à instituição jurídica formada pelos homens de bem, a que se atribui o dever de julgar acerca dos fatos, levados ou trazidos a seu conhecimento. (Mossin, 1999).

Vasconcelos (1995, p. 12), conceitua o Tribunal do Júri:

Júri é a forma portuguesa da palavra inglesa 'jury', que segundo LOROUSSE, provém do antigo francês 'jurée'. Os dicionários registram esse termo como o conjunto dos cidadãos que como jurados julgam uma causa". Toda definição é perigosa e nenhuma é completa, mesmo porque, com acentuamos alhures, definir é circunscrever uma idéia (CASTRO NÉRI) e a idéia, quase sempre, varia no tempo e no espaço, tomando, às vezes, feições completamente antagônicas. Não obstante, dentro das contingências humanas, devemos definir, não nos arreando de que umas definições pareçam melhores que outras. Concebemos o júri como uma instituição democrática em que um grupo de cidadãos, convocados por sorteio, são obrigados por lei, mediante compromisso ou juramento, a julgar, de acordo com sua consciência e os ditames da justiça, uma causa que lhes é submetida, sob a presidência de um juiz.

Segundo o art. 432 ao 435 do Código de Processo Penal:

Art. 432. Em seguida à organização da pauta, o juiz presidente determinará a intimação do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e da

Defensoria Pública para acompanharem, em dia e hora designados, o sorteio dos jurados que atuarão na reunião periódica. ' (NR)

Art. 433. O sorteio, presidido pelo juiz, far-se-á a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 25 (vinte e cinco) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.

§ 1º O sorteio será realizado entre o 15º (décimo quinto) e o 10º (décimo) dia útil antecedente à instalação da reunião.

§ 2º A audiência de sorteio não será adiada pelo não comparecimento das partes.

§ 3º O jurado não sorteado poderá ter o seu nome novamente incluído para as reuniões futuras.' (NR)

Art. 434. Os jurados sorteados serão convocados pelo correio ou por qualquer outro meio hábil para comparecer no dia e hora designados para a reunião, sob as penas da lei.

Parágrafo único. No mesmo expediente de convocação serão transcritos os arts. 436 a 446 deste Código. ' (NR)

'Art. 435. Serão afixados na porta do edifício do Tribunal do Júri a relação dos jurados convocados, os nomes do acusado e dos procuradores das partes, além do dia, hora e local das sessões de instrução e julgamento. ' (NR)

Trata-se de um procedimento bifásico, sendo na primeira fase presidido pelo juiz togado que é responsável pela análise preliminar do caso. Importante ressaltar que nesta etapa não é feita a apreciação do mérito do caso, e tão somente a verificação se o crime em questão possui elementos caracterizadores dos crimes de competência do tribunal do júri, bem como a existência ou não de materialidade e autoria do fato, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal. (Brasil, 2008)

Conforme leciona Marques Porto (1993, p.57):

A primeira fase, denominada *judicium accusationis*, tem encerramento com a decisão de pronúncia (art. 408) transitada em julgado, correndo daí a segunda fase – *judicium causae* – que estará finda com o trânsito em julgado da sentença proferida pelo Juiz Presidente na sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri.

Outrossim, o ordenamento jurídico brasileiro utiliza-se de princípios que também acabam por serem utilizados no Tribunal do Júri, por exemplo. No direito penal e no direito processual penal, um dos objetivos primordiais de alguns princípios são as garantias do direito de determinado indivíduo que está passando por um devido processo legal. Observa-se como exemplo, o princípio do *in dubio pro reo*, que em termos próprios, significa que caso exista dúvida sobre a autoria e/ou da culpabilidade

daquele agente, o mesmo deverá ser absolvido. Segundo leciona Aury Lopes (2018, p. 297), o processo penal define uma situação jurídica em que o problema da carga probatória é, na realidade, uma regra para o juiz, proibindo-o de condenar alguém cuja culpabilidade não tenha sido completamente provada.

O princípio *in dubio pro societate* por sua vez, é utilizado como forma de informar que, em caso de dúvida por parte do magistrado, o mesmo deve dar segmento ao processo, não beneficiando o acusado, mas sim a sociedade. Rodrigues (2011) leciona que uma das ideias fundamentais representadas pelo referido princípio é a de que se existe a dúvida quanto à autoria da infração penal que, normalmente, milita em prol do réu (*in dubio pro reo*), nessas situações especiais, resolve-se em favor da sociedade.

Dada convergência entre os princípios supramencionados, resta o questionamento de que o princípio *in dubio pro societate* não tenha respaldo constitucional e, o princípio *in dubio pro reo* por sua vez, encontra o respaldo objetivamente no art. 386 do Código de Processo Penal e, indiretamente, na Carta Magna, através da presunção de inocência. (Brasil, 1988)

2 – O TRIBUNAL DO JÚRI

O tribunal do júri detém de uma grande história no Estado Brasileiro, visto que foi instituído em 1822, através do Decreto de 18 de junho do mesmo ano.

O Corregedor do Crime da Côrte e Casa, que por este nomeio Juiz de Direito nas causas de abuso da liberdade da imprensa, e nas Provincias, que tiverem Relação, o Ouvidos do crime, e o de Comarca nas que não o tiverem, nomeará nos casos occurrentes, e a requerimnto do Procurador da Corôa e Fazenda, que será o Promotor e Fiscal de taes delictos, 24 cidadãos escolhidos de entre os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas, os quaes serão os Juizes de Facto, para conhecerem da criminalidade dos escriptos abusivos.

Posteriormente, após algumas modificações, a Constituição de 1891 incluiu o tribunal do júri como uma garantia individual e, muito embora a Constituição de 1937 não citasse o Tribunal do Júri, o mesmo foi referenciado no Decreto-Lei 167 de 1938, onde estabeleceu limites à soberania dos veredictos:

Art. 2º O Tribunal do Juri compõe-se de um juiz de direito, que é o seu presidente e de vinte e um jurados, sorteados dentre os alistados, sete dos quais constituirão o conselho de sentença em cada sessão de julgamento.

Art. 3º Ao presidente e aos jurados competem, respectivamente, a pronúncia e o julgamento, nos crimes definidos pelos artigos 294 a 296, 298, 298 parágrafo único, 299, 310, 359 e 360 parte primeira da Consolidação das Leis Penais, quando consumados ou tentados.

Francisco Campos, disserta sobre o tema: (2001, p. 123)

[...]. Como atestam os aplausos recebidos, de vários pontos do país, pelo governo da República, e é notório, têm sido excelentes os resultados desse decreto legislativo, que veio afeiçoar o tribunal popular ao ritmo das instituições do Estado Novo. A aplicação da Justiça penal pelo júri deixou de ser uma abdicação para ser uma delegação do Estado, que se reserva o direito de ajustá-la à feição do interesse social, privado de sua antiga soberania, que redundava, na prática, numa sistemática e alarmante indulgência para com os réus, o júri está, agora, integrado na consciência de suas graves responsabilidades e reabilitado na confiança geral.

A Carta Magna de 1988 por sua vez, dispõe no seu artigo 5º, inciso XXXVIII, o Tribunal do Júri, atribuindo ao tribunal qualidade de cláusula pétrea e ainda, de garantia individual e fundamental. A Carta manteve o que previu o Decreto-Lei 167 de 1938, que dispôs de forma indireta sobre a soberania dos veredictos no art. 84. (Brasil, 1938).

Conforme leciona Fernando Capez (2014, p. 201):

O instituto representa um ato essencial da estrutura processual do país e um dos elementos fundamentais do Estado Democrático de Direito que visa “ampliar o direito de defesa dos réus, autores de crimes dolosos contra a vida e permitir que, em lugar do juiz togado preso a regras jurídicas, sejamos réus julgados pelos seus pares”.

Ainda, no contexto jurídico brasileiro, o tribunal do júri é uma instituição prevista na Carta Magna e no artigo 406 e seguintes do Código de Processo Penal, que tem a competência para julgar crimes dolosos contra a vida (homicídio, infanticídio, aborto, instigação ao suicídio e o genocídio), conforme prevê o art. 74 do mesmo Código:

Art. 74. A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.

§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados. (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948)

O processo realizado pelo tribunal do júri é composto por duas fases, sendo elas a de instrução preliminar, que é a fase em que o juiz deverá analisar se existe indícios suficientes de autoria e materialidade do crime para levar o acusado a julgamento pelo júri. Caso exista as provas materiais e de autoria, o magistrado então pronuncia o acusado, que será posteriormente julgado pelo tribunal do júri, conforme prevê o art. 413 do Código de Processo Penal:

Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

§ 1º A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.

Já na fase de julgamento, os jurados são sorteados e após formarem o conselho de sentença, composto por 7 (sete) jurados, os mesmos ouvem os depoimentos, as legações da defesa e acusação e por fim decidem se o réu é culpado ou inocente por meio de uma votação secreta, nos termos dos arts. 447 e 482 do Código de Processo Penal (Brasil, 2008)

Marry (1997, p. 107) disserta:

Jurado é órgão leigo, incumbido de decidir sobre a existência da imputação, para concluir se houve fato punível, se o acusado é seu autor e se ocorreram circunstâncias justificativas do crime ou de isenção de pena, agravantes ou minorantes da responsabilidade daquele. São chamados “juízes de fato” para distingui-los dos membros da Magistratura – “juízes de Direito”.

Vale ressaltar que, embora a decisão dos jurados é soberana, o juiz pode intervir na decisão quando existir questões de nulidade ou quando apontar irregularidades que possam anular o julgamento, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. (Brasil, 1941)

2.1 – DA COMPETÊNCIA DO JURI PARA JULGAR CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

No Brasil, os operadores do Direito atribuíam o papel de julgar os crimes dolosos contra a vida para o Tribunal do Júri, conforme prevê o art. 5 XXXVIII, “d”, da Carta Magna. (Brasil, 1988)

Segundo Nucci (2015, p.35):

Note-se que o texto constitucional menciona ser assegurada a competência para os delitos contra a vida e não somente para eles. O intuito do constituinte foi bastante claro, visto que, sem a fixação da competência mínima e deixando-se à lei ordinária a tarefa de estabelecê-la, seria bem provável que a instituição, na prática, desaparecesse do Brasil. Foi o que houve em outros países ao não cuidarem de fixar, na Constituição, a competência do Tribunal Popular [...] A cláusula pétrea, no direito brasileiro, impossível de ser mudada pelo Poder Constituinte reformador (ou derivado), não sofre nenhum abalo caso a competência do júri seja ampliada, pois sua missão é impedir justamente o seu esvaziamento.

Neste interim, é importante salientar que o ordenamento jurídico brasileiro vigente considera vida desde o momento da concepção. A vida do ser humano começa já na concepção e se prolonga até que o corpo suspenda os sinais vitais. Neste interim, compreende-se que a vida é o bem jurídico mais valioso e por isso é indisponível, não tendo nem mesmo o Estado, força para a prática do suicídio, mesmo com equipe médica a disposição para casos de doenças terminais. (Agra, 2018).

Em tempo, alguns crimes podem comprometer a vida de terceiro, mas não necessariamente será julgado pelo Tribunal do Júri, que somente é invocado para os crimes de: infanticídio, homicídio, induzimento/instigação ou auxílio a suicídio e o aborto, cometido por terceiros ou pela própria gestante. Bissinoto (2010) leciona que o Latrocínio (artigo 157, § 3º, segunda parte, CP) e o seqüestro com morte (artigo 150,

§3º, CP) são da competência do juiz singular e não do Tribunal do Júri. Em tempo, Bissinoto na mesma obra entende que o legislador trilhou caminho seguro ao subtrair da apreciação do Tribunal do Júri tais crimes, pois, embora exista substancialmente crime doloso e tenha havido homicídio, não se pode dar o mesmo tratamento, motivado tão-somente pela prévia intenção do agente, onde não teve a intenção de matar, mas a de roubar, furtar, subtrair, sequestrar, com fins e para fins econômicos.

Sendo assim, o Tribunal do Júri é de suma importância para o Poder Judiciário Brasileiro, visto que a sua funcionalidade encontra amparo legal e, acima de tudo, utiliza-se de critérios específicos para ser provocado. Em tempo, é notório frisar que os aspectos do Tribunal do Júri devem ser observados para que a decisão dos jurados ao final, sejam de fato validados, conforme prevê o art. 483 do Código de Processo Penal. (Brasil, 2008)

2.2 – DOS ASPECTOS DO TRIBUNAL DO JURI

O Tribunal do Júri utiliza-se de aspectos previstos na Carta Magna, mais precisamente no art. 5º, XXXVIII, que assegura: (BRASIL, Constituição Federal, 1988):

É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Conforme será abordado posteriormente, cada uma das alíneas supracitadas é de suma importância para que seja efetivado a sessão do Tribunal do Júri, garantindo assim todos os direitos para aquele que caso seja pronunciado, seja julgado.

2.2.3 – PLENITUDE DE DEFESA

Refere-se ao princípio jurídico que assegura ao acusado o direito de ter uma ampla defesa, de forma técnica (por intermédio de um advogado) quanto na própria autodefesa, como por exemplo: apresentar provas, questionar testemunhas, falar em sua própria defesa, além de usar todos os meios para garantir um julgamento

totalmente justo e igualitário. Rodrigo Faucz (2021) leciona que o princípio constitucional é o da plenitude de defesa. Caracteriza-se como uma potencialização do princípio da ampla defesa. A defesa ampla é menos abrangente que defesa plena. Esta última precisa ser completa, perfeita, absoluta, ou seja, deve ser oportunizada ao acusado a utilização de todas as formas legais de defesa possíveis, podendo causar, inclusive, um desequilíbrio em relação à acusação.

2.2.4 – SIGILO DAS VOTAÇÕES

O sigilo das votações garante que as decisões tomadas pelos jurados não sejam feitas de forma pública, ou seja, cada jurado não terá seu voto divulgado, tampouco as maneiras pelas quais ele chegou a seu veredicto. Esse sigilo tem como objetivo proteger a liberdade e segurança dos jurados com o mundo externo, conforme prevê os arts. 485 e 487 do Código de Processo Penal (Brasil, 2008)

2.2.5 – SOBERANIA DOS VEREDICTOS

Por fim, a soberania dos veredictos é um princípio que visa garantir que toda decisão tomada pelos jurados são definitivas, não importante qualquer outra avaliação ou interpretação. Ou seja, o que é decidido pelo júri popular, não pode ser modificado, apenas em alguns casos específicos previstos em lei, como por exemplo: erro processual grave; nulidade processual; prova de fraude ou corrupção; apelação por decisão manifestamente contrária às provas dos autos e a revisão criminal. A soberania dos veredictos é a essência do Tribunal Popular, conferindo-lhe um verdadeiro poder jurisdicional, que vai além de meramente emitir um parecer que pode ser rejeitado por qualquer juiz. Ser soberano implica alcançar o mais alto nível de autoridade, um poder absoluto, sem qualquer instância superior. Nesse sentido, ao se considerar o veredicto popular, busca-se garantir que essa seja a decisão final em um caso julgado (Nucci, 2012)

2.3 – DECISÕES DO MAGISTRADO ANTES DO JULGAMENTO

A primeira decisão que o magistrado pode tomar antes do julgamento pelo tribunal do júri, é a chamada ‘desclassificação’, onde o juiz pode decidir por retirar a

conduta impetrada ao acusado para um crime diverso da competência do Tribunal do Júri, conforme prevê o art. 449 do Código de Processo Penal. (Brasil, 1941)

Já na segunda possível decisão, o magistrado pode absolver sumariamente o acusado, quando provada uma das hipóteses do artigo 415 do Código de Processo Penal, tal como a inexistência do fato, não ser ele o autor ou partícipe do crime, não constituir o fato um delito, ou quando for demonstrado uma causa que isente o acusado de pena ou exclua o crime, salvo no caso de inimputabilidade. (Brasil, 1941)

Ainda, como uma terceira possibilidade de decisão, o juiz poderá impronunciar o acusado quando não convencido da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação do acusado, podendo ser formulada nova denúncia ou queixa subsidiária caso haja prova nova, até a extinção da punibilidade, conforme previsto no art. 414 do Código de Processo Penal. (Brasil, 1941)

Por fim, o magistrado, como quarta opção de decisão, poderá decisão de pronúncia, regulada no artigo 413 do Código de Processo Penal, consiste em uma decisão de admissibilidade acusatória, sem julgamento do mérito da causa, que submete o acusado ao julgamento dos jurados, caso o magistrado considere haver indícios suficientes de materialidade do crime e de autoria ou de participação do acusado. (Brasil, 1941)

3 – DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

O princípio da presunção de inocência foi criado pela Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 em seu artigo 9º:

Artigo 9º- Todo o acusado se presume inocente até ser declarado culpado e, se se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor não necessário a guarda da sua pessoa, deverá ser severamente reprimido pela Lei.

O princípio remonta o art 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão proclamada em Paris em 26-8-1789 e que, por sua vez, deita raízes no movimento filosófico-humanitário chamado “iluminismo”. Bonfim (2009) disserta sobre os antecedentes do princípio da presunção de inocência, destacando que esse princípio foi formalizado pela primeira vez no artigo 9º da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, em visões iluministas de intelectuais como Rousseau e Voltaire.

A presunção de inocência foi um movimento de ruptura com a mentalidade da época, em que, além das acusações secretas e torturas, o acusado era tido como objeto do processo e não tinha nenhuma garantia. (Tourinho, 2009)

Em tempo, é importante conotar que a presunção de inocência é prevista na Constituição Italiana de 1947:

Art. 27 - A responsabilidade penal é pessoal.
O imputado não é considerado réu até condenação definitiva.
As penas não podem comportar tratamentos contrários ao senso de humanidade e devem visar à reeducação do condenado.
Não é admitida a pena de morte. (Traduzido e adaptado)

Segundo a Carta Magna, em seu art. 5º, § 57, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Tal texto legal, corrobora para a criação de pilares fundamentais e ao mesmo tempo, básicos, para que o processo seja transparente, afastando injustiças em desfavor daquele que está sendo acusado.

Luiz Flávio Gomes disserta que: (1998, p. 101)

A). Não possui nenhum sentido, diante do que foi exposto até aqui, não considerar que no inc. LVII do art. 5º da CF está escrito, com todas as letras, o princípio da presunção de inocência, com toda carga liberal e democrática que carrega em sua história, tendo como ponto de arranque (em termos de *ius positum*) a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), de fundo indubitavelmente iluminista. Mais do que presunção de não

culpabilidade (que provém de uma visão ‘neutral’, típica do engajamento político acríptico do jurista), o que temos no texto sub examinem é a verdadeira e própria presunção de inocência.

No mesmo sentido leciona Gomes (1999, p. 111)

A aplicação mais comumente defendida pela doutrina da norma sob exame dá-se no campo probatório. Nessa primeira formulação, o réu ser presumido inocente significa, por um lado, que o ônus de provar a veracidade dos fatos que lhe são imputados é da parte autora na ação penal (em regra, o Ministério Público) e, por outro lado, que se permanecer no espírito do juiz alguma dúvida após a apreciação das provas produzidas, deve a querela ser decidida a favor do réu.

Lima (2012) leciona que é um direito não ser declarado culpado senão mediante sentença transitada em julgado, ao término do devido processo legal, em que o acusado tenha se utilizado de todos os meios de prova pertinentes para sua defesa (ampla defesa) e para a destruição da credibilidade das provas apresentadas pela acusação (contraditório). Na mesma obra, disserta que se porventura existir dúvida sobre os fatos em discussão em juízo, inegavelmente é preferível a absolvição de um culpado à condenação de um inocente, pois, em juízo de ponderação, o primeiro erro acaba sendo menos grave que o segundo.

Portanto, quando um indivíduo está passando por um devido processo legal, espera-se que o mesmo esteja tendo seus direitos fundamentais respeitados, tendo a parte autora (acusadora) o papel de comprovar a autoria daquele réu e o mesmo, sendo considerado inocente. Essa ideia complementa-se com o conceito do *in dubio pro reo*, que será abordado posteriormente.

3.1 - DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO REO*

O termo “*in dubio pro reo*” é uma expressão que traduzido para o latim, significa “na dúvida, a favor do réu”. O referido termo está ligado ao princípio da presunção de inocência que norteia o processo penal. Para Alexandra Vilela (2000)

A professora Alexandra Vilela leciona: (2000, p. 79) o princípio da presunção de inocência acompanha o acusado ao longo de todo o processo penal, desde o início do inquérito policial até a audiência preliminar de julgamento, estendendo-se até o trânsito em julgado da sentença de condenação. Esse princípio estabelece que o acusado deve ser considerado inocente até que se prove o contrário, exigindo que qualquer dúvida razoável seja resolvida a seu favor. Na realidade, o in

dubio, que esteve presente desde o início da acusação, pode ressurgir com toda a sua força durante o julgamento, quando a valorização dada pelo juiz for feita.

Lima (2011) leciona que não havendo certeza, mas dúvidas sobre os fatos em discussão em juízo, inegavelmente é preferível a absolvição de um culpado à condenação de um inocente, pois, em juízo de ponderação, o primeiro erro acaba sendo menos grave que o segundo.

Se há dúvida, é porque o Ministério Público não logrou êxito na acusação que formulou em sua denúncia, sob o aspecto da autoria e materialidade, não sendo admissível que sua falência funcional seja resolvida em desfavor do acusado, mandando-o a júri, onde o sistema que impera, lamentavelmente, é o da íntima convicção. (Rangel, 2002)

O princípio do *in dubio pro reo* assim, é essencial para a justiça penal, uma vez que promove um julgamento justo, que assegura ao acusado o impedimento de ser condenado sem provas concretas de sua culpabilidade. Vital Moreira e Gomes Canotilho (2007) lecionam que além de ser uma garantia subjetiva, o princípio é também uma imposição dirigida ao juiz no sentido de este se pronunciar de forma favorável, quando não tiver certeza sobre os fatos decisivos para a solução da causa.

Antonio Scarance Fernandes complementa: (2010, p. 49)

A acusação normalmente está afeta a órgão oficial. Tem este todo aparelhamento estatal montado para ampará-lo. O acusado tem de contar somente com as suas próprias forças e o auxílio de um advogado. Essa situação de desvantagem justifica tratamento diferenciado no processo penal entre acusação e defesa, em favor desta, e a consagração dos princípios do *in dubio pro reo* e do favor rei. Ademais, o direito em jogo no processo penal é a própria liberdade do indivíduo, só restringível por condenação quando o juiz adquira pleno convencimento de que fiaram inteiramente evidenciadas a prática do crime e a sua autoria. Por isso tudo, a Carta Magna não se limitou a assegurar o acusado o exercício da defesa, mas no art. 5º, LV, garanti-lhe mais, a ampla defesa, ou seja, defesa sem restrições, não sujeita a eventuais limitações impostas ao órgão acusatório.

Portanto, entende-se que o princípio do *in dubio pro reo* é uma das regras que deve ser obedecida pelo tribunal, pois encontra respaldo legal da presunção de inocência que rege o início ao transitado em julgado. Essa eventual dúvida que existe, acompanha uma defesa para aquele que está prestes a encontrar um sistema acusador pronto para entrar em ação.

3.2 - DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*

O conceito jurídico *in dubio pro societate* é utilizado com fulcro nas áreas criminais, mais precisamente no Direito Penal e Processo Penal. Esse princípio utiliza uma ideia contrária com o do *in dubio pro reo* visto anteriormente, onde nele, o magistrado deve interpretar caso se depare em uma situação de dúvida, o favorecimento da sociedade e seus interesses.

Outrossim, conota-se que esse princípio é visualizado de forma mais costumeira no procedimento do Tribunal do Júri, no momento da fase de pronúncia.

Para Gustavo Roberto Costa (2015) o *in dubio pro societate* é apenas mais um dentre vários princípios. Isso significa que, em certas etapas do processo penal, como na apresentação da denúncia e na emissão da decisão de pronúncia, a lógica se inverte: a incerteza não beneficia o acusado, mas sim a sociedade. Em outras palavras, se houver dúvida, o Promotor de Justiça deve apresentar a denúncia. Igualmente na etapa de pronúncia: se houver incerteza sobre submeter o caso a júri ou não, o magistrado deve escolher a opção positiva.

Embora esse conceito jurídico encontre força na opinião popular, a doutrina jurídica não possui unanimidade no que tange a aplicação desse princípio.

De um lado existe a defesa de que a proteção da população deve prevalecer e que os possíveis criminosos devem ser julgados e não sejam absolvidos, tendo os mesmos que enfrentar o tribunal do júri, conforme lecionam Alencar e Távora (2016, p. 240 e 1701):

[...] A regra que vigora na fase do encerramento da primeira etapa do rito escalonado do júri é o *in dubio pro societate*, segundo entendimento correto. A impronúncia deve ter lugar em situações excepcionais (p.240) [...]
[...] na fase de recebimento da denúncia, prevaleceria a máxima *in dubio pro societate*, oportunidade em que se possibilitaria ao titular da ação penal ampliar o conjunto probatório [...]

Por outro lado, Aury Lopes (2018) entende que a presunção de inocência e o *in dubio pro reo* não podem ser afastados no rito do Tribunal do Júri. Ou seja, além de não existir a mínima base constitucional para o *in dubio pro societate* (quando da decisão de pronúncia), é ele incompatível com a estrutura das cargas probatórias definida pela presunção de inocência.

Dada exposição, sustenta-se que o *in dubio pro societate* é um princípio que levanta diversas dúvidas sobre a sua finalidade.

3.2.1 – INCOSTITUCIONALIDADE DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*

Conforme salientado anteriormente, tal princípio encontra incompatibilidade frente à Carta Magna. Ademais, este princípio ainda, fere a presunção de inocência, prevista expressamente na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, § 57. (Brasil, 1988)

Campos aborda essa inconstitucionalidade (2006, p. 18):

Com base na terminologia infeliz do Código ao mencionar em seu artigo 408 que bastam, para a decisão de pronúncia, “indícios de autoria”, criou-se um mito, o do *in dubio pro societate*, qual seja: se, terminada a instrução da primeira fase do rito escalonado do Júri, houver dúvida a respeito da autoria, o juiz deve remeter o caso para que seja decidido pelo tribunal leigo, preservando, assim, a competência constitucional do Júri.

Extraí-se das lições de Campos que, na decisão de pronúncia, não exige plena convicção da autoria do réu, criando lacuna para eventual dúvida, mas que, o juiz nas suas convicções, deve impronunciar o acusado e não pronunciar o acusado, pensando em um provável bem coletivo.

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, afastou o princípio do *in dubio pro societate* na pronúncia do até então acusado, além de cassar a decisão que submeteu o mesmo ao tribunal do Júri, durante julgamento do Recurso Especial nº 2091647 – DF, observe-se:

[...] 5. O *in dubio pro societate*, “na verdade, não constitui princípio algum, tratando-se de critério que se mostra compatível com regimes de perfil autocrático que absurdamente preconizam, como acima referido, o primado da ideia de que todos são culpados até prova em contrário (!?!?), em absoluta desconformidade com a presunção de inocência [...]” (Voto do Ministro Celso de Mello no ARE n. 1.067.392/AC, Rel. Ministro Gilmar Mendes, 2ª T., DJe 2/7/2020). Não pode o juiz, na pronúncia, “lavar as mãos” – tal qual Pôncio Pilatos – e invocar o “*in dubio pro societate*” como escusa para eximir-se de sua responsabilidade de filtrar adequadamente a causa, submetendo ao Tribunal popular acusações não fundadas em indícios sólidos e robustos de autoria delitiva.

6. Não há falar que a negativa de aplicação do *in dubio pro societate* na pronúncia implicaria violação da soberania dos vereditos ou usurpação da competência dos jurados, a qual só se inaugura na segunda etapa do procedimento bifásico. Trata-se, apenas, de analisar os requisitos para a submissão do acusado ao tribunal popular sob o prisma dos standards probatórios, os quais representam, em breve síntese, “regras que determinam o grau de confirmação que uma hipótese deve ter, a partir das provas, para poder ser considerada provada para os fins de se adotar uma determinada

decisão” (FERRER BELTRÁN, Jordi. Prueba sin convicción: estándares de prueba y debido proceso. Madrid: Marcial Pons, 2021, p. 24) ou, nas palavras de Gustavo Badaró, “critérios que estabelecem o grau de confirmação probatória necessário para que o julgador considere um enunciado fático como provado, sendo aceito como verdadeiro” (BADARÓ, Gustavo H. Epistemologia judiciária e prova penal. 2 ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 241).

[...]

15. Uma vez que não foi apontada a presença de indícios suficientes de participação do recorrente no delito que pudessem demonstrar, com elevada probabilidade, o seu envolvimento no crime, a despronúncia é medida de rigor.

16. Recurso especial provido para despronunciar o acusado.

O doutrinador Tourinho Filho, por sua vez, leciona (2010, p. 740):

Se o juiz tem dúvida, a solução é a impronúncia ou a absolvição. Nunca a pronúncia. Mesmo em se tratando de *in dubio pro societate*, na realidade esse princípio é essencialmente falso. Se o juiz não encontra prova que dê respaldo a um decreto condenatório, a absolvição não é um nenhum favor rei.

Rangel complementa: (2002, p. 79):

O chamado princípio do *in dubio pro societate* não é compatível com o Estado Democrático de Direito, onde a dúvida não pode autorizar uma acusação, colocando uma pessoa no banco dos réus. O Ministério, como defensor da ordem jurídica e dos direitos individuais e sociais indisponíveis, não pode, com base na dúvida, manchar a dignidade da pessoa humana e ameaçar a liberdade de locomoção com uma acusação penal. Não há nenhum dispositivo legal que autorize esse chamado princípio do *in dubio pro societate*. O ônus da prova é do Estado e não do investigado. Jogá-lo no banco dos réus com a alegação de que na instrução o MP provará os fatos que alegou é achincalhar com os direitos e garantias individuais, desestabilizando a ordem jurídica com sérios comprometimentos ao Estado Democrático de Direito.

Zanoide de Moraes (2010) leciona que em caso de dúvida quanto à materialidade ou à suficiência dos indícios de autoria deverá o juiz decidir favoravelmente ao acusado, ou seja, aplicando o *in dubio pro reo*, deverá impronunciá-lo. Portanto, não há que se falar em *in dubio pro societate*, porquanto impróprio, inconstitucional e imprevisto na legislação.

O ministro Gilmar Mendes dissertou sobre o assunto, durante julgamento do Habeas Corpus nº 227.328:

O suposto *princípio in dubio pro societate*, invocado pelo Ministério Público local e pelo Tribunal de Justiça, não encontra qualquer amparo constitucional ou legal e acarreta o completo desvirtuamento das premissas racionais de valoração da prova. O *in dubio pro societate* desvirtua por completo o sistema bifásico do procedimento do júri brasileiro, com o total esvaziamento da função da decisão de pronúncia.

Sendo assim, fica claro que, a doutrina e os colegiados do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal entendem que a tentativa de incluir o princípio do *in dubio pro societate* atenta e viola as garantias fundamentais do indivíduo e ainda, faz com que o juiz, caso tenha dúvida, deixe de lado todos os princípios norteadores do Estado Democrático e do *in dubio pro reo*, que é utilizado, através da “presunção de inocência”, prevista constitucionalmente.

Assim, a utilização do *in dubio pro societate* afrontaria o estado do direito penal que visa a estrita punição, fazendo com que, no exemplo de Tribunal do Júri, a antes certeza de uma possível condenação, agora daria espaço para uma incerteza que pudera a ser usada como forma de opressão contra o acusado.

4 - ENTENDIMENTOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DOUTRINA ACERCA DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*.

Os princípios *in dubio pro reo* e *in dubio pro societate*, são costumeiramente discutidos no Poder Judiciário Brasileiro, bem como entre doutrinadores.

Aury Lopes Junior (2012, p. 1000) critica severamente o referido princípio:

A jurisprudência brasileira está eivada de exemplos de aplicação do brocardo, não raras vezes chegando até a censurar aqueles (hereges) que ousam divergir do 'pacífico entendimento'. Pois bem, discordamos deste pacífico entendimento. Questionamos, inicialmente, qual é a base constitucional do *in dubio pro societate*? Nenhuma. Não existe. Por maior que seja o esforço discursivo em torno da "soberania do júri", tal princípio não consegue dar conta dessa missão. Não há como aceitar tal expansão da 'soberania' a ponto de negar a presunção constitucional de inocência. A soberania diz respeito à competência e limites ao poder de revisar as decisões do júri. Nada tem a ver com a carga probatória. Não se pode admitir que os juízes pactuem com acusações infundadas, escondendo-se atrás de um princípio não recepcionado pela Constituição, para, burocraticamente, pronunciar réus, enviando-lhes para o Tribunal do Júri e desconsiderando o imenso risco que representa o julgamento nesse complexo ritual judiciário

Em julgamento do HC 175.639/AC, a relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, dissertou sobre o *in dubio pro societate*:

[...] A Turma entendeu que tal princípio não possui amparo legal, nem decorre da lógica do sistema processual penal brasileiro, pois a sujeição ao juízo penal, por si só, já representa um gravame. Assim, é imperioso que haja razoável grau de convicção para a submissão do indivíduo aos rigores persecutórios, não devendo se iniciar uma ação penal carente de justa causa. [...]

O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o processo AgRg no Agravo em Recurso Especial Nº 1.446.019 – RJ, por sua vez, dissertou:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO DESCLASSIFICAÇÃO. PRESENÇA DE ELEMENTOS AUTORIZADORES DA PRONÚNCIA. REVISÃO INVIÁVEL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.
1. A decisão de pronúncia não exige a existência de prova cabal da autoria do delito, sendo suficiente a mera existência de indícios da autoria, devendo estar comprovada, apenas, a materialidade do crime.

Lopes Junior doutrina acerca do tema: (2009, p. 281)

Não se pode admitir que os juízes pactuem com acusações infundadas, escondendo-se através de um princípio não recepcionado pela Constituição,

para, burocraticamente, pronunciar réus, enviando-lhes para o Tribunal do júri e desconsiderando o imenso risco que representar o julgamento nesse complexo ritual judiciário. Também é equivocado afirmar-se que, sem não fosse assim, a pronúncia já seria a “condenação” do réu. A pronúncia é um juízo de probabilidade, não definitivo, até por que, após ela, quem efetivamente julgará são os jurados, ou seja, é outro julgamento a partir de outros elementos essencialmente aqueles trazidos no debate em plenário. Portanto, a pronúncia não vincula o julgamento, e deve o juiz evitar o imenso risco de submeter alguém ao júri, quando não houver elementos probatórios suficientes de autoria e materialidade. A dúvida razoável não pode conduzir a pronúncia.

Compreende-se assim, que tanto a doutrina quanto as decisões do Superior Tribunal de Justiça, apresentam a posição de inaplicabilidade do *in dubio pro societate* que é observada quanto a não possuir disposição legal, visto que o artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal é taxativa no que tange a aplicação da presunção de inocência, que é o norteador para que se utilize o princípio *in dubio pro reo*, afastando-se assim a utilização do *in dubio pro societate*. Ademais, o egrégio tribunal frisa que o princípio do *in dubio pro societate* não deve ferir nem desconsiderar os direitos e garantias fundamentais do acusado, como por exemplo a ausência de justa causa para continuidade da ação instaurada. Neste caso, a denúncia deve ter fundamentação em elementos que tenham conexão entre si.

4.1 - ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*

O Supremo Tribunal Federal, através de seus ministros, acompanha a mesma linha de raciocínio dos colegiados do Superior Tribunal de Justiça que, conforme abordado, entendem quase que se forma pacífica a inconstitucionalidade do princípio *in dubio pro societate*, observe-se:

O Supremo Tribunal Federal ao julgar o Agravo Regimental nº 1.067.392/CE, afastou a aplicação do princípio do *in dubio pro societate*:

Considerando tal narrativa, percebe-se a lógica confusa e equivocada ocasionada pelo suposto “princípio *in dubio pro societate*”, que, além de não encontrar qualquer amparo constitucional ou legal, acarreta o completo desvirtuamento das premissas racionais de valoração da prova. Além de desfocar o debate e não apresentar base normativa, o *in dubio pro societate* desvirtua por completo o sistema bifásico do procedimento do júri brasileiro, esvaziando a função da decisão de pronúncia.

O Ministro Celso de Mello, da segunda turma do Supremo Tribunal Federal, ao proferir seu voto no Habeas Corpus 180.144/GO, enfatizou que:

[...]Vale enfatizar, neste ponto, que magistério do Tribunal Federal, ao apreciar a presunção de inocência como norma probatória, tem reiteradamente advertido que as acusações penais não se presumem provadas, pois – como tem reconhecido a jurisprudência desta Corte – o ônus da prova referente aos fatos constitutivos da imputação penal incumbe, exclusivamente, a quem acusa, sendo irrelevante, para esse efeito, que se trate de procedimento penal comum ou que se cuide de procedimento penal escalonado, como o é o procedimento penal do Júri. [...]

[...] Isso significa que não compete ao réu demonstrar a sua própria inocência. Ao contrário, cabe ao Ministério Público comprovar, em plenitude, de forma inequívoca, para além de qualquer dúvida razoável, a culpabilidade do acusado e os fatos constitutivos da própria imputação penal pertinentes à autoria ou à participação, à materialidade do delito. [...]

Conforme abordado, o Supremo Tribunal Federal fixa o posicionamento do referido “princípio” não encontrar amparo legal e, apesar de ser arguido costumeiramente nas decisões de pronúncia ou impronúncia, as turmas da Corte Suprema afastam o princípio *in dubio pro societate* de suas fundamentações.

Vale ressaltar que a Corte Suprema utiliza como um dos pilares fundamentais, o artigo 93, inc. IX, CF/88 e artigo 413 § 1º do Código de Processo Penal:

A Constituição Federal de 1988 dispõe:

Art. 93, inciso IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Por sua vez, o Código de Processo Penal é taxativo:

Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

§ 1º - A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.

Diante do exposto, foi possível observar que a Corte Suprema retira de pauta a aplicabilidade do princípio do *in dubio pro societate*, visto que esse princípio não encontra amparo constitucional, tampouco previsão legal para que seja arguido em fase de fundamentação. Outrossim, o Supremo Tribunal Federal detém da ideologia

de que, caso o referido princípio fosse aderido pela Legislação Brasileira, o mesmo seria um retrocesso ao judiciário, visto que procedimento comum a mera dúvida já seria causa para condenação do acusado e no Tribunal do Júri esta serviria para a pronúncia do réu.

5 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, foi possível observar que os princípios do *in dubio pro societate* e do *in dubio pro reo* se enfrentam nos tribunais constantemente e que, embora diante da ausência de previsão legal para o princípio *in dubio pro societate*, alguns tribunais tentam utilizá-lo em seus entendimentos jurisprudenciais.

É importante frisar que esses princípios detêm de um embate doutrinário e jurisprudencial, devido a não ter um entendimento concreto e unânime. Outrossim, o fato do *in dubio pro societate* trazer à tona a inexistência de previsão legal, é motivo suficiente para que a Corte Suprema utilize isso em suas fundamentações.

Neste interim, é notório conotar que o princípio do *in dubio pro societate* é costumeiramente utilizado pelo Ministério Público, no momento do oferecimento da denúncia e também quando é o momento de pronunciar o réu no procedimento do tribunal do júri.

Caso existir a dúvida sobre a materialidade e/ou autoria de determinada infração, o acusado deve ser impronunciado, visto que o ônus de provar a sua culpabilidade, é apenas do órgão acusador, naquele momento. Ainda, é importante salientar que, no que tange a sua culpabilidade, mesmo em caso de dúvida, o acusado não precisa buscar provas de sua inocência, visto que, conforme abordado, o ônus de provar algo, não parte dele.

A inconstitucionalidade é evidenciada por intermédio da inexistência de uma previsão legal para o princípio *in dubio pro societate* que fere o princípio da presunção de inocência, que deve prevalecer. Ainda, a análise que se faz doutrinariamente e jurisprudencial, conclui que a legislação é completa de inconsistências que necessitam de revisão, para que seja facilitado a plenitude de direitos individuais e coletivos.

Sendo assim, o princípio do *in dubio pro societate*, caso fosse inserido na legislação brasileira, seria um retrocesso ao Direito Penal, que visa a estrita punição, visto que no procedimento comum, qualquer dúvida pode ocasionar em uma acusação para aquele indivíduo que está sendo acusado, tampouco no Tribunal do Júri, que somente serviria para o pronunciá-lo e posteriormente, colocá-lo no banco dos réus para ser julgado.

Por fim, é notório que a utilização do *in dubio pro societate* regride toda história de um ordenamento jurídico. Não é possível vislumbrar garantias e benefícios para uma sociedade ao usar este princípio que, na mão de jurados, muita das vezes influenciados pela própria mídia, tornem-se donos e soberanos de suas decisões, apesar da dúvida iminente da autoria, que a parte autora (costumeiramente Ministério Público) não conseguiu comprovar, deteriorando a obrigação do processo legal de ter um julgamento justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, p. 99, 2018.

BISSINOTO, Edneia F. G. Jurisway. **Origem, história, principiologia e competência do tribunal do júri**, Jurisway, 2010.

BONFIN, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva 2009.

BRASIL. Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de processo penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 05 de maio de 2024.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 de maio de 2024.

BRASIL. **Decreto de 18 de junho de 1822**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-18-6-1822-2.htm. Acesso em 05 de outubro de 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 167 de 05 de janeiro de 1938**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0167.htm. Acesso em 05 de outubro de 2024.

COSTA, Gustavo Roberto. **In dubio pro societate é realmente um princípio?** Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/11/26/in-dubio-pro-societate-e-realmente-um-principio/>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

ITALIA. **Constituição Italiana de 1948**. Disponível em: https://www.senato.it/sites/default/files/media-documents/COST_PORTOGHESE.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CAMPOS, Walfredo Cunha. **A falácia do in dubio pro societate na decisão de pronúncia**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais: Boletim, São Paulo, ano 14, nº 164, página 18, Julho, 2006

CAPEZ, Fernando. **Processo penal simplificado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

FERNANDES, Antonio Scarance. **O processo penal constitucional**. 6. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2010. p. 49

GOMES, Luiz Flávio. **Estudos de direito penal e processual penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p.101.

GOMES, Luiz Flávio. **Sobre o conteúdo processual tridimensional da presunção de inocência**. **Estudos de direito penal e processual penal**. São Paulo: RT, 1999. p.111

J.J. GOMES CANOTILHO, VITAL MOREIRA, **Constituição da República Portuguesa Anotada – v. 1**, 4ª edição. Coimbra Editora, Coimbra, 2007, p. 519

LOPES, Aury Junior. **Direito processual penal**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LOPES, Aury Junior. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. Volume II. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal, volume 1**. Impetus. Niterói: 2012. p. 11.

MARQUES PORTO, Hermínio Alberto. **Júri - procedimentos e aspectos do julgamento - questionários**. 7.ed. Malheiros, 1993. p. 57.

MARREY, Adriano ET AL. **Teoria e prática do júri**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 107

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 26 ed. São Paulo: Malheiro, 2008, p. 52.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri: crimes e processo**. São Paulo: Atlas, 1999.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Tribunal do Júri**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015. p. 35

PEREIRA E SILVA, Rodrigo Faucz; AVELAR, Daniel Ribeiro. **Manual do Tribunal do Júri**, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, p. 138, 2021.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

RODRIGUES, Márcio Ferreira. **Acusar ou Não acusar? Eis a questão... O in dúbio pro societate como forma perversa de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro**. FSC: Santa Catarina, 2011.

STJ. (11/04/2012) HC 175.639/AC. Disponível em:
https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200500157869&dt_publicacao=07/11/2005. Acesso em 29 de maio de 2024.

STJ. (18/06/2019) **AgRg no Agravo em recurso especial Nº 1.446.019**. Disponível em:

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900437783&dt_publicacao=02/08/2019. Acesso em 16 de junho de 2024.

STJ. (26/09/2023) **Recurso Especial nº 2091647/DF**. Disponível em:

https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/electronico/documento/mediado/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=210985134®istro_numero=202202032231&peticao_numero=&publicacao_data=20231003&formato=PDF. Acesso em 02 de outubro de 2024.

STF. (10/05/2023) **HC 227.328/PR**. Disponível em:

https://www.migalhas.com.br/arquivos/2023/5/E6054B4EAA3F91_decisao2HC.pdf. Acesso em 10 de maio de 2024.

STF. (10/10/2020) **HC 180.144/GO**. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC180144acordao.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2024.

STF. (23/03/2019) **Agravo regimental nº 1.067.392/CE**. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343636549&ext=.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2024.

STF. (20/03/2012) **HC 175.639/AC**. Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 20/3/2012, DJe de 11/4/2012.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rodrigues Rosmar. **Curso de direito processual penal. 11 ed.** Salvador Editora JusPodivm, 2016

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal. 11. ed.** São Paulo: Saraiva, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

VILELA, Alexandra. **Considerações acerca da presunção de inocência em Direito Processual Penal**. Coimbra: Coimbra Editora. 2000. p 79.

ZANOIDE, Maurício de Moraes. **Presunção de inocência no processo penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.